

ATA Nº 227/2019

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social, Avenida Ernani Cotrin, 163, Centro, no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução do presidente, o conselheiro André Pinto Dalcarobo (APP). Estando presentes os conselheiros: Luciane Ferreira Medeiros (Secretaria de Assistência Social), Pedro Paulo Cardoso Marins (SINTRESC), Vitor Cesar Paris (Secretaria de Obras), Rosinetti Cardoso da Rosa (Clube Esperança), Mário José da Silva (Secretaria de Indústria e Comércio), Rosa Machado Silveira (CEACA), Fernando Duarte da Silva (Grupo Escoteiro Carijós), Hamilton Gomes de Sousa (APAE), Elisson Afonso Clemente Mina (Polícia Militar), Fernanda Firmino da Silva (Secretaria de Saúde – CAPS). Ainda estiveram presentes: Maira de Souza (Serviço de Acolhimento Institucional), Karine da Silva Claudino Gaidzinski (Serviço de Acolhimento Institucional), Guilherme Cechelero (Assessor de rede), Priscila Alves Viana Pires (Conselho Tutelar), Louizi Cristina Eich (Conselho Tutelar). André declara aberta a reunião saudando a todos, questionando se todos assinaram a ata da reunião anterior. Sabrina informa que terminou o livro de ata de nº 02 do CMDCA. André informa que no dia anterior tiveram bastante pessoas presentes no evento da assessoria de rede realizado para os educadores. Luciane diz que foram duzentas e dez pessoas que estiveram presentes. André diz que houve estratégia da Secretária de Educação Yara para as profissionais da educação confirmarem as suas participações e justificarem em caso de ausência e deu certo, tendo como resultado esse grande número de pessoas. André parabeniza as falas realizadas pelo assessor Guilherme na palestra. Flávia do setor de licitações entra na sala de reuniões e entrega a justificativa de falta da conselheira Patrícia de Oliveira Benhardt. André questiona sobre a sua suplente. Flávia diz que Patrícia se encontra sozinha no setor, pois a pessoa que trabalha com ela está de férias e informa que por isso Flávia hoje se encontra lá em cima trabalhando com ela, devido à dificuldade da Patrícia subir e descer as escadas muitas vezes por seu problema no pé. André diz que diante disso se verifica que o que foi falado em outras reuniões está sendo cumprido, os conselheiros estão passando a justificar por escrito, pois é um compromisso e a não vinda com uma justificativa correta é uma forma de participação. André diz que na parte da manhã do dia anterior tiveram uma reunião com o prefeito e secretários, estando também a Rosa e Louizi presentes, para reforçar que querem a participação dos Secretários nas reuniões da rede, e caminhar com ações em conjunto. André diz que essa ação da rede está chegando a outros municípios, como Tubarão, gerando uma inveja boa, o que é bom para o CMDCA. André diz que está orgulhoso disso: de ver a rede unida, o CMDCA, relata que foi uma solicitação dessa gestão ter o Guilherme acompanhando de perto o conselho, e sugere que levem para a próxima. André diz que tem outra questão a falar no final, pois foram levantadas questões referentes à redação das atas, para não se escrever minunciosamente. André relata que os banners de missão e visão da rede foram confeccionados com o objetivo de destinar as entidades, para que estas coloquem em local visível. André pede a Guilherme que fale sobre o simbolismo do banner da rede. Guilherme sauda a todos e diz que a missão foi tirada dos primeiros encontros da rede, onde todas as palavras foram construídas por todos. Guilherme lê a missão: Garantir a efetividade da prioridade absoluta de forma integrada, reduzindo a violação de direitos na área da criança e do adolescente. Guilherme relata que essa forma integrada vem acontecendo, com a confecção de camisetas, cada integrante da rede com suas atribuições agindo de forma integrada, e explica que é um processo, não é um botão que liga e desliga, pouco a pouco vão reduzir o índice de violência, já a visão: ser referência na construção e execução de políticas públicas na área da criança e do adolescente produzindo ações preventivas. Guilherme diz que pela sua experiência, compartilhando fotos nas redes sociais, muitas pessoas questionam sobre Capivari de Baixo, algumas que não conheciam a cidade. Tubarão ligou para saber do trabalho que está fazendo em Capivari, então já começa a ser referência. Guilherme explica para que as entidades ao receber o banner reúnem todos os seus servidores, colaboradores e falem sobre a importância disso para o município, pois se levar somente para apenas colocar no local, o banner não terá significado nenhum para eles. Rosa pede autorização do CMDCA para que façam a missão e visão do CEACA nos moldes do banner feito pra rede, mesmo tamanho e formato. André diz que não há problemas. André informa sobre o Ciclo de Estudos do TCE, já encaminhado aos conselheiros por e-mail, que ocorrerá no dia 23 de julho, terça-feira, em Criciúma, e

explica que é muito importante, principalmente para a Comissão de normas participar. André diz que já verificou sua agenda e neste dia não tem compromissos, sendo assim os conselheiros que tiverem interesse, combinar de irem juntos, no mesmo carro. André informa que o registro da entidade APAE fará dois anos no dia 20 de julho, portanto trazer documentos para a renovação da inscrição, André reforça que o CEACA também deve renovar o registro, conforme já informado em reuniões anteriores. Rosa sugere que encaminhem via ofício. André questiona se já foi encaminhado ofício às entidades. Sabrina nega e diz que o CEACA foi avisado em reunião, sendo constado em ata. Rosa sugere que o ofício seja encaminhado para lembrar, devido aos vários compromissos que a entidade possui acabam esquecendo. André confirma que será encaminhado. Guilherme diz que devem encaminhar o ofício com um prazo para as entidades realizarem e se quiserem disponibiliza exemplo. Rosa diz que deve ser antes de acabar o prazo para a entidade se organizar. Sabrina informa que existe uma Resolução que versa sobre a inscrição, onde tem o prazo. André diz que falará a diante sobre documentações. André informa que o CMDCA recebeu o relatório do conselho tutelar referente aos atendimentos do mês de maio, que será passado para a verificação de todos. André informa que receberam o ofício de nº 229/2019 do Gabinete do Prefeito, em resposta ao de nº 178/2019 do CMDCA, que foi encaminhado sobre uma questão levantada por um conselheiro em reunião anterior sobre o repasse de verbas. Sabrina disponibiliza no datashow. André diz que já foi uma questão explicada por ele verbalmente em reunião: foi um equívoco no pagamento do Guilherme que ocorreu na troca da presidência no CMDCA. André diz que, diante das queixas de alguns conselheiros de estar tendo muitas reuniões seguidas, colocaram em pauta: deliberar sobre a revogação da Resolução nº 170/2019 sobre o cronograma de reuniões extraordinárias e das comissões. André diz que esse cronograma das reuniões foi sua iniciativa, devido querer organizar o tempo das reuniões com seus compromissos, porém não deu certo, houve mês de terem várias extraordinárias. Rosa concorda e diz que as reuniões estão virando ordinárias, cansa o pessoal que não está dando conta de tanta reunião. André diz que junto a isso a proposta é que os membros das comissões conversem virtualmente sobre os assuntos e, se for o caso, os conselheiros agendam data para se reunir, encontros físicos. Guilherme diz que as reuniões extraordinárias existem para discutir um assunto que não deu tempo de ser discutido na ordinária, ai marcam outra data. Guilherme explica que o fato de colocar marcado no calendário já se torna duas ordinárias no mês, dizendo que a extraordinária não é uma coisa organizada é para assuntos urgentes. Guilherme diz que a extraordinária é para discutir um ou dois pontos, por exemplo: Regimento interno, deve haver reuniões, pois deve haver discussões. André diz para os conselheiros que os que estão de acordo com a revogação da Resolução de nº 170/2019 permaneçam em silêncio e os contrários se manifestem. André diz que não havendo manifestações considera-se aprovada pelos conselheiros por unanimidade. André sugere que as comissões se reunam virtualmente, a comissão aprova um relator que fará um relatório, mas ter validade esses encontros. Rosa diz que a internet é um recurso a ser utilizado. André diz que está trazendo essa sugestão para simplificar e agilizar. André diz que terá uma pauta de reforma do Regimento Interno. André questiona se os conselheiros aprovam esse modo de conversa. Guilherme alerta para ter muito cuidado com essas reuniões, que não tem olho no olho, é necessário uma maturidade muito grande dos conselheiros, pois pode gerar uma interpretação errada de algo colocado no grupo, a comissão precisa amarrar em tópicos na hora de apresentar para a plenária, para que não haja discussões entre dois conselheiros que tem opiniões diferentes diante da plenária, é importante organizar a finalização da conversa com os representantes da comissão. André diz que foi boa a fala, pois isso já aconteceu, terá que criar um regimento dessas comissões. Vitor diz que existe o skype que possibilita anexar documentos, já participou de Conferências, onde há um coordenador que irá logar. André diz que tudo isso posteriormente será discutido. André informa que a Comissão eleitoral se reuniu, e questiona Sabrina quantos candidatos foram aprovados. Sabrina informa que foram vinte e oito, sendo entrado em contato para os que foram indeferidos pela Comissão eleitoral que foram: Mariela e Willian, sendo que a candidata: Mariela Elias Pereira apresentou o recurso à plenária do CMDCA, disponibilizando o certificado de conclusão de curso assinado pela instituição. André questiona sobre o candidato Willian. Sabrina explica que dessa vez conseguiu entrar em contato, sendo explicado da data para a apresentação do recurso, porém ele não realizou a entrega. André diz que a candidata não apresentou o certificado, nem diploma, e que irá passar para os integrantes da Comissão eleitoral presentes verificar o documento

apresentado. Rosa diz que diante da explicação já dada pela candidata na reunião da comissão eleitoral, e do tempo que leva para a emissão do diploma, agora há um documento assinado pela instituição certificando que a candidata concluiu o curso. Rosa diz que em sua opinião a inscrição está aprovada, explicando que antes a candidata havia apresentado explicação de próprio punho, mas agora é a instituição que está dizendo que ela concluiu, e o histórico anexado está completo. Maira diz que ela já foi estagiária no Abrigo. André conclui que ela então tem experiência. Luciane confirma e diz que além do abrigo a mesma também já estagiou no Fórum. Louizi diz que agora não é mais necessário comprovar experiência. André concorda, mas que é bom saber que já trabalhou na área. André relata que no silêncio aprovam o recurso diante da apresentação do certificado da candidata. Conselheiros aprovam por unanimidade. André informa que se reuniu com Valdeci do Parque Ambiental onde conversaram sobre ele mandar representantes do parque, Associação Jorge Lacerda, para as reuniões do CMDCA. Porém, como foi possível verificar, mais uma vez os representantes não se fazem presentes. André diz que porém, justifica o interesse do CMDCA pelo Parque, esse vínculo é o que mantém essa abertura para a realização de eventos como os de ontem e hoje. A Polícia Civil também justificou dizendo que está com o pessoal efetivo extremamente baixo. E a Polícia Militar foi acordado de seus representantes participarem apenas das reuniões ordinárias pelo mesmo motivo. André diz que hoje não colocará em deliberação nenhuma. André diz que também foi pedido para a Associação Jorge Lacerda que apresentasse um cronograma de repasse de recurso, porém até então esse recurso ainda não entrou na conta do FIA, sendo que a previsão era que fosse realizado esse mês, então continuam aguardando. André informa que receberam através de e-mail propostas para a capacitação dos conselheiros tutelares, e diz que estava conversando com o Guilherme, de onde surgiu a sugestão de já criar uma ação para imediatamente chamar os candidatos e ter uma conversa para falar como proceder com relação à campanha, seja na questão da propaganda, e o que tem no cronograma daqui em diante. Guilherme diz que essa reunião é também importante para informar os candidatos de quais são suas atribuições e o perfil dos Conselheiros Tutelares. André diz que foram trinta inscritos, um recorde para o município, e nas discussões foi levantado que alguns não têm o perfil para serem conselheiros tutelares. André passa a palavra ao Guilherme. Guilherme diz que os candidatos a conselheiros tutelares devem estar cientes dos prazos, e diz que desses vinte e nove, cinco irão trabalhar juntos, então não dá pra um respeitar o prazo e outro não, e diz que é uma forma desses conselheiros respeitarem o CMDCA. Guilherme explica que devem filosofar sobre as atribuições do Conselho Tutelar, que é defender direitos, por exemplo: é difícil receber um bebê de três meses que a mãe não quer e diz que odeia, às vezes o que é normal atualmente, é o candidato pensar que é uma oportunidade de trabalho, e tem salário que precisa receber, mas que devem entender que é um trabalho muito pesado, que exige um estudo, um movimento. Guilherme diz que o momento não é de explicar sobre o ECA, mas trazer a realidade: que às três horas da manhã o celular do conselho tutelar vai tocar e ele terá que atender. Rosineti questiona se os conselheiros já podem iniciar a campanha, pois já viu gente fazendo. André diz que não, que eles devem respeitar o prazo que está no edital. Elisson diz que os conselheiros devem pensar bem antes de fazer essa reunião, pois a pessoa que é candidata pode achar que estão favorecendo os conselheiros que já estão na função, é importante ver o que está no Edital, para que não se sintam constrangidos por ter pessoas que são candidatas e já estão exercendo a função, podendo surgir impugnações. André diz que está no edital e no plano de ação do CMDCA a realização de capacitação aos conselheiros tutelares. E diz que será um convite, não terá represália para os candidatos que não vierem. André explica que seria uma reunião para falar sobre o Edital, ver como fazer a campanha de forma correta, é facultativo eles irem ou não. Guilherme questiona se está no edital essa conversa. Elisson diz que o que não pode é essa participação ser critério de desclassificação. André diz que queria a aprovação para que no dia 25 de julho o Guilherme já realizasse essa conversa sobre o edital e as obrigações do conselheiro tutelar. Rosa diz que devem definir dia e horário. Luciane diz que estará de férias, mas pode se organizar para ir. Hamilton diz que já tem pessoas se apresentando como candidatos à conselheiros. André diz que esse é o tema a ser debatido com os candidatos. Maira questiona a data. André diz que está passando para a Comissão eleitoral decidir através de encontro virtual. André questiona se conselheiros concordam. No silêncio, André diz que os conselheiros consideraram aprovada a realização da reunião virtual. André diz que terão o prazo de 24h para definir local e data, André diz que um encontro poderá ser realizado

no dia 25 de julho, pois o Guilherme estará no município. André questiona se os conselheiros viram o e-mail encaminhado sobre as propostas de capacitação do Conselho Tutelar e os materiais para campanhas socioeducativas. Luciane afirma que viu, dizendo que o material é muito bom, porém deve ser adquirido em grandes quantidades, e que se não tem ação, em sua visão não é o momento. Luciane questiona se sobre a capacitação dos conselheiros tutelares já pode dar o seu parecer. André confirma. Luciane diz que das propostas que receberam as que são interessantes: Curry, Graziela Damacena e Mariana Jackes. E dentre essas a da Mariana Jacques, por ter dividido em blocos, e diz que é o que mais atende o que precisam no momento. Luciane diz que na capacitação do conselho tutelar anterior realizada pela EGEM tiveram uma má experiência, que não abordou o que esperavam. Luciane reforça que a proposta da Mariana é a que mais abordará o que as conselheiras tutelares precisam. Guilherme pede a palavra e explica que hoje o Guilherme está como assessor da rede e que pode realizar essa capacitação, a não ser que, como fizeram na Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, queiram outra pessoa palestrando. Guilherme diz que a ideia de ter uma assessoria é que o Guilherme pode fazer, pois já tem alguém que é especialista e está disponível, mas fica a critério do CMDCA. Luciane diz que fica então a proposta do Guilherme também para análise. André diz que como ele é o assessor tem essa liberdade de falar, mas lembra que o Guilherme fica até dezembro, e tem conversa para outras ações, por isso tem que ver se ele terá cronograma para isso. André diz que não tem dúvidas do trabalho dele, tem que verificar que foram enviados para o e-mail do CMDCA, não foi pedido. André diz que para 2020 devem discutir sem a presença do Guilherme, pois envolve contratação. André passa a palavra para Maira explicar sobre o programa de apadrinhamento do serviço de acolhimento institucional. Maira se apresenta dizendo que ela e Karine são a equipe técnica do Abrigo, lembrando aos presentes que ela já explicou sobre o apadrinhamento em uma reunião da assessoria de rede que aconteceu em novembro do ano passado, na ASSEMCA, onde fez o convite para quem quizesse conhecer mais e onde após o André tornou-se padrinho, e em resposta a pergunta da promotora, o que é feito com a criança quando ela faz 18 anos, é importante para os conselheiros saberem, o objetivo: Estabelecer e proporcionar à criança e o adolescente em situação de acolhimento institucional, vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária; e colaboração com seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro. Maira diz que padronizaram o projeto de apadrinhamento dentro dos abrigos através de um convênio vinculado ao judiciário e ministério público, então são documentos que vão, é uma questão bem formal, objetivando que a criança crie vínculo para que esse padrinho preste o apoio quando fizer dezoito anos, ou, até o retorno à família. Maira diz que as crianças que são acolhidas não têm referência de família, elas têm uma questão muito íntima com os cuidadores, mas é trabalho. Com os padrinhos que eles aprendem o que é uma família. Maira explica que o Público Alvo são crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, maiores de seis anos e/ou com possibilidades remotas de adoção. Maira diz que os padrinhos seguem o mesmo padrão dos adotantes: o de querer crianças menores e não adolescentes, por isso, foi optado por ser maiores de seis anos e/ou com a possibilidade remota de adoção, por exemplo: a presença de alguma deficiência. Maira explica que hoje no abrigo tem duas crianças na APAE, e explica que os pretendentes para crianças a partir de seis anos de idade cai, mostrando os dados do Cadastro Nacional de Adoção. Maira diz que para ser padrinho deve ser uma pessoa inspiradora. Maira diz que a equipe técnica atende quando necessário: finais de semana, à noite. Além disso, os padrinhos devem ter muita paciência, pois essas crianças e adolescentes tendem a ser mais revoltados. Maira relata que os padrinhos podem participar da vida escolar da criança, estarem presentes na reunião de pais, auxiliar a estudar para a prova, acolher a criança na sua casa, não pode estar na fila de adoção ou querer adotar. Maira dá o exemplo de alguém que quer adotar a criança que apadrinou: primeiro a pessoa se desliga do programa de apadrinhamento e entra na fila da adoção. Maira diz que hoje tem doze padrinhos e todas as crianças com perfil estão apadrinhadas. Maira explica os requisitos para ser padrinho: ser maior de vinte e um anos, residir em Capivari ou proximidades, por exemplo: Tubarão, Laguna. E ter o consentimento de todos os membros do grupo familiar. Hamilton questiona qual o tempo da criança com os padrinhos. Karine diz que tem que ter autorização judicial. Maira diz que o contato inicial ocorre no abrigo, pra ver com qual criança tem afinidade. Rosa questiona se a criança pode ter mais de um padrinho. Maira diz que recomenda que seja a cada quinze dias, para não criar uma expectativa se a pessoa não vir. Maira

diz que os padrinhos são pessoas comprometidas. Karine complementa que são pessoas que contribuem com o desenvolvimento dessa criança. Louizi questiona se atualmente tem mais padrinhos do que crianças. Maira diz que há crianças menores e uma deficiente que preferiram retirar do programa, os demais estão apadrinhados. André diz que é algo extraordinário ir até o abrigo, e recomenda que as pessoas não têm que ter o gráfico em mente, mas deixar a coisa fluir. André diz que a criança na qual era padrinho anteriormente foi adotado, as ações da rede estão voltadas para detectar, trazer a tona a percepção dos problemas sociais que estão ao lado, diz que o trabalho não é em vão, é vir a tona os casos de violência no município. André diz que é muito gratificante, porém muito dolorido. André diz que fez estudos antes de entrar, e explica que não é caridade de forma alguma, se for com essa visão não é. Maira diz que atualmente esse programa existe Urussanga e Capivari, o restante dos municípios, por ter tido alguns problemas não deu certo. Maira diz que no Cadastro nacional de adoção possui informações em tempo real, e no Brasil são 46 mil crianças, informando que o site é sempre atualizado pra quem quiser acompanhar. Maira diz que dá trabalho para a equipe, mas lá no futuro terão retorno. Maira explica que a criança não irá receber uma casa da família, mas não sairá do Abrigo para a rua, o padrinho se torna a referência do adolescente, portanto irão colher os frutos em longo prazo. Rosa questiona se o programa é confidencial ou podem divulgar. Maira diz que podem falar, foi mandado para a Sabrina, através do e-mail do CMDCA, e solicitado que fosse mandado aos conselheiros. Luciane diz que acessou o e-mail, e viu o programa. Rosa diz que quer divulgar para quem tiver interesse. Maira diz que irá disponibilizar o resumo, pois o documento que foi enviado está muito técnico extenso, informando que irá acrescentar o contato do Abrigo. Luciane parabeniza pela iniciativa, pois é um programa inovador, diz que não tem outra alternativa para os adolescentes que estão acolhidos, e cabe aos conselheiros divulgarem para procurar mais padrinhos, trabalhar questões de apego e desapego. Luciane diz que enquanto não tinha equipe específica, esteve dando suporte ao Abrigo, e solicita que seja disponibilizado o slide com resumo para despertar o interesse nos grupos. Maira diz que outra questão é que os padrinhos não podem ter demanda judicial envolvendo criança e adolescente. Documentos solicitados: Comprovante de residência, documentos de identificação do padrinho e demais pessoas da família, certidões e termo de consentimento do conjuge, reforçando que todos da família devem se comprometer, até por isso fizeram um encontro com os padrinhos, para responsabilizar. Hamilton questiona sobre as uniões homoafetivas, se podem ser padrinhos. Maira diz que não tem impedimento, atualmente existe madrinha que é solteira. André questiona se os conselheiros aprovam o programa, e solicita aos que tem algo contra se manifestem. Não havendo, o programa foi aprovado pelos conselheiros por unanimidade. André diz que finalizaram os itens que estavam em pauta, porém tem alguns itens para a palavra livre. André informa que foi encaminhada pelo Grupo Escoteiro uma nova solicitação de prazo e prestação de contas do projeto: Ampliar para atender mais e melhor, por isso encaminha para a Comissão de Normas e Documentos para que realizem a análise. André diz que outra questão é que já foi analisada por este conselho a Minuta de Lei do conselho tutelar feita pelo grupo de estudos da FECAM, e precisa da aprovação para encaminhar essa minuta para o legislativo aprovar. Rosa questiona se não seria para a prefeitura. André confirma e explica que precisa da aprovação para encaminhar para a prefeitura para realizar os procedimentos para a publicação. Rosa questiona se não podem encaminhar as duas propostas de lei juntas: a do Conselho Tutelar e do CMDCA, de modo a facilitar a análise. André diz que seria uma reforma da lei de constituição do CT, após do CMDCA, e diz que também devem reformar o Regimento Interno, destacando as atribuições das comissões, levando em conta o ECA e as leis existentes. André diz que o CMDCA teve mudanças e com isso essas mudanças nas legislações e normas também devem ser realizadas. André propõe que essas propostas sejam discutidas nos próximos dois meses, se for necessário em uma reunião extraordinária, bem como sugere elaborar um código de ética do CMDCA. André questiona se todos concordam. Rosa questiona se a minuta de lei do CT já irá agora. André diz que sua sugestão é já encaminhar, pois já foi discutida em reuniões anteriores. Rosa diz que em sua opinião deveriam levar em um pacote só, pois vão desmembrar a lei, separar Conselho Tutelar de CMDCA. André explica que é possível revogar a parte da lei que versa sobre esse assunto e fazer outra do Conselho Tutelar, para não perder tempo, pois na minuta tem toda a constituição do Conselho Tutelar, inclusive suporte físico. Conselheiros aprovam o envio da minuta. Com relação às entidades faltantes, André sugere que oficiem para justificar suas faltas, e as

respostas sejam analisadas pela Comissão de Normas e Documentos. André diz que tem uma ideia de criar uma identidade para o CMDCA, para fazer camisetas diferentes das que tem hoje, para diferenciar os conselheiros nos eventos, dar reconhecimento, fazer a identificação, verificar que material fazer. André questiona qual Comissão poderia ficar essa atribuição, se poderia ser a do FIA. Guilherme diz que não seria atribuição, mas é a que mais chega perto. André confirma que ficará como atribuição da Comissão do FIA. André diz que outra questão que traz é sobre o Plano de ação e aplicação de 2019, sugere que todos olhem as diretrizes e metas, pois são coisas para fazer, e trazer na próxima reunião sugestões, pois já tem itens a acrescentar. Guilherme diz que o conselho existe para cutucar para refletir coisas, parabeniza as técnicas do Serviço de Acolhimento, dizendo que é importante ouvi-las, e coloca como desafio ao CMDCA abrir para que outras entidades tragam seus eventos, por exemplo: A APAE teve um evento, assim como o CEACA faz, trazer os serviços do CRAS, CREAS, porém Guilherme alerta que o CMDCA não aprova o programa como o apadrinhamento, ele aprova somente programas e projetos relacionados ao FIA. Guilherme diz que o CMDCA como órgão controlador deve saber, e sugere abrir um espaço de cinco a dez minutos para que os técnicos apresentem os serviços existentes, pois os profissionais da ponta vindo é diferente de apresentar no papel, possibilitando pegar a sensibilidade deles. É importante para fazer questionamentos, refletir questões. Guilherme diz que a política é para a criança e adolescente, se não a criança e o adolescente serão apenas palavras. Guilherme reforça que o CMDCA somente aprova projetos do FIA, essa apresentação foi apenas a título de conhecimento, mas não cabe aprovação. É importante ter isso registrado no papel para depois ofertar o programa ao Conselho Tutelar, Ministério Público e judiciário. Guilherme diz que duas professoras o procuraram falando do assunto automutilação de adolescentes, muitos utilizando lâmina de apontador. Guilherme diz para o CMDCA tomar cuidado, sentar para olhar o mapeamento, dizendo que o grande erro dos CMDCA é que estão vivendo para as eleições do Conselho Tutelar e de tantas comissões somente burocratização do que está no plano, do que está na lei, Guilherme diz que é importante fazer algo com essas crianças que se automutilam e que outra sugestão é que as CTs apresentem o relatório dos atendimentos de forma bimestral, ou quadrimestral, e em gráfico para melhor visualização, e não em folhas que irão passar de mão em mão na reunião e depois engavetar. Guilherme diz que mensal não dá para visualizar, e sugere que o conselho discuta isso para não ser um órgão burocrático, e não esquecer o princípio da prioridade absoluta, e ver que tem criança que depende dos conselheiros. Guilherme diz que um bom conselho é aquele que discute pepinos, por exemplo: foi visto que existe muito caso de negligência. O conselho deve pegar os números trazidos pela rede, e reforça o questionamento feito em dezembro: para que abrir edital se não sabe o que se quer. Guilherme diz que sua fala é no sentido de que está ficando bonito, sugere abrir outros momentos para as entidades falarem, e não ser tão burocrático. Guilherme diz que o CEDCA, em parceria com a ACCT está esquecendo que o Conselho Tutelar é um ator dessa rede, tem que pensar nas crianças e adolescentes. Guilherme informa que essa será a sua fala na próxima reunião do CEDCA. Devem trabalhar a mutilação, vindos também do trabalho infantil, crianças que perdem o dedo. Com relação à automutilação Fernanda informa que juntamente com a psicóloga Dorimar iniciaram uma ação com a educação sobre a esse tema. E diz que tem plano de fazer em todas as escolas, informando que está conversando com o psiquiatra para realizar um evento para os pais à noite. Luciane diz que às vezes não chega aos serviços, pois no relatório do Conselho Tutelar não tinha nenhum caso. Fernanda diz que evitam conversar e tentam resolver sem alertar os serviços. André solicita que o conselho tutelar apresente os dados por bimestre, de dois em dois meses. Louizi diz que tem que ficar claro o que querem, pois já apresentaram trimestralmente, depois falaram que era mensalmente. Sabrina informa que está na lei municipal que o relatório descritivo deve ser entregue a cada mês. André diz que os dados devem ser trazidos, mas apresentados bimestralmente. Priscila questiona se podem apresentar o relatório que formularam para apresentar na rede. André diz que a sugestão é que bimestralmente façam a apresentação, abre para os conselheiros decidirem se será útil ou não. André explica que o Guilherme fez toda uma fala para fazer uma apresentação que possibilite uma melhor visualização. Mário diz que deve ser mensal. Maira diz que esses temas têm que ser discutidos no início da reunião, pois no final o pessoal vai saindo e diz que sentiu falta da Assistência Social no trabalho da saúde com a educação. Maira diz que a automutilação não é de agora e que é importantíssimo trazer o assunto na próxima reunião, pois os adolescentes

compartilham apontador, então entra também a questão de doenças: dsts, hepatite, e esses dados deveriam estar dentro da planilha do Conselho tutelar. Maira diz que na educação está gritante, mas não chegou ao Conselho Tutelar, portanto conclui que não está tendo a integração da rede. André diz que outra questão que quer sugerir é eliminar da pauta itens como informes, sugere que os documentos sejam encaminhados por e-mail ou grupo e caso alguém quiser trazer para discutir no CMDCA fica aberto. Fernanda diz que teve falha da Educação, pois tiveram vários casos isolados nas escolas, tiveram conhecimento somente após a Secretária de Educação as procurar. André diz que o caso de automutilação deve ser uma discussão do grupo, informa que hoje não terão reunião de rede a tarde, pois à noite o Guilherme estará dando palestra aos educadores e sugere conversarem no grupo de whatsapp e se for o caso fazer uma extraordinária. André diz que nos dias das reuniões os conselheiros deveriam guardar o horário até meio dia, se organizar como ele faz. Luciane diz que hoje não consegue. André diz que é uma sugestão, se os conselheiros puderem acatar. Priscila solicita para retornar ao assunto da apresentação dos relatórios do Conselho tutelar que não foi finalizado e questiona se podem então trazer a planilha que será apresentada na rede. André questiona sobre a questão de automutilação, se podem falar com CRAS, CREAS que estão tendo diversos casos. Guilherme diz que devem ver o que vem fazendo e quais ações devem ser realizadas, tirar dúvidas através de questionamentos, discutir se só isso resolve. Guilherme diz que é necessário definir um tempo, pode ficar para uma próxima reunião ou pode ser que não esgotem o tempo, sugere definir meia hora para discutir a questão da automutilação, exemplifica que pode ser outros assuntos: trinta minutos para discutir questão de autistas. Guilherme sugere que essas discussões sejam realizadas no início da reunião e depois o conselho passe para as questões mais burocráticas. Guilherme diz que caso não seja terminado o assunto naquela reunião, marquem outra. Fernanda diz que podem solicitar as diretoras os números desses casos em cada escola, pois não sabem através da roda de conversa. Guilherme diz que o CMDCA pode fazer solicitações, saber questões de medidas socioeducativas, saber quantos adolescentes estão cumprindo medida. Guilherme diz que a Maira veio espontaneamente, mas que o CMDCA deve verificar os projetos das entidades. Guilherme diz para começarem a trazer os assuntos e caso não der tempo terminar na outra reunião. André diz pra Fernanda trazer os dados para a próxima reunião. Fernanda confirma e informa que a diretora do CIEP está fazendo parcerias com manicures, cabelereiras para trabalhar a autoestima. André diz que finalizam com os encaminhamentos de assuntos para as comissões, e convida a todos para estarem presentes na assessoria de rede às 19h no auditório do Parque Ambiental. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às 11h30min. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.